

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	-2 AGO. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Não decisivo aos confiscos de Pintassilgo

# Misericórdias vão contar com quinze milhões para investir



Fundação Cuidar o Futuro

• Vinte e seis Misericórdias do País assinaram ontem acordos de indemnização com o Governo, que lhes permite pensar na construção de novos lares e creches e aquisição de equipamento social, contando para tal com um investimento de mais de quinze milhões de contos. Para tal bastou que ao longo destes sete meses de Governo da Aliança Democrática se conjugassem esforços, dedicações e compreensão e responsabilidade de quem inequivocamente disse "não à crescente estatização a que a sociedade portuguesa vinha sendo sujeita e se afirmasse a vontade de pôr termo aos confiscos", de que as Misericórdias foram alvo a partir de 1975, por decisão de

Lurdes Pintassilgo, então titular do MAS, conforme salientou o ministro Morais Leitão. E seria o provedor da Misericórdia de Abrantes quem realçaria a importância de coincidências históricas, aludindo à fundação, pelo infante D. Luiz, filho de D. Manuel I, daquela instituição: "Por feliz coincidência o infante era natural de Abrantes, pelo que tudo fez para divulgar tão maravilhosa obra... Por infeliz coincidência nasceu também em Abrantes uma senhora que em 1975 assinou a malfadada lei que esbulhou as Misericórdias".

(pág. 16)



Misericórdias: uma realidade histórica que a caneta de Lurdes Pintassilgo não fez desaparecer por decreto

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	-2. AGO. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Governo repara injustiças

Misericórdias recompensadas pelo esbulho "gonçalvista"



"Graças ao esforço e dedicação de uns e à compreensão e responsabilidade de outros, foi possível fazer em sete meses o que durante vários anos outros governos prometeram mas não souberam ou não quiseram cumprir" — afirmou ontem o ministro dos Assuntos Sociais, Morais Leitão, ao assinar acordos de indemnização com vinte e seis Misericórdias do País, numa cerimónia que decorreu na Direcção-Geral da Segurança Social.

Ao considerar que o principal resultado alcançado com a política assumida pelo Governo "foi o de fazer despertar em matéria social a enorme energia criadora que se encontrava latente na esmagadora maioria do povo português", Morais Leitão salientou que para isso "bastou que se dissesse não à crescente estatização a que a sociedade portuguesa vinha sendo sujeita nos últimos anos e que se afirmasse a vontade de pôr termo aos autênticos confiscos" de que as Misericórdias haviam sido alvo no Governo Pintassilgo.

Anunciou, por outro lado, que até 1984 será possível concretizar-se um investimento em montante superior a quinze milhões de contos para a construção de novos lares e creches e aquisição de equipamento social. Além disso, até ao dia 10 de Setembro vai ser apresentado um estudo tendo em vista a prática de uma política de atribuição de subsídios únicos a cada instituição de solidariedade social, segundo critérios objectivos, de modo a proporcionar-se a indispensável autonomia das Misericórdias e demais instituições particulares.

Nesta cerimónia, a que assistiram os secretários de Estado da Segurança Social e da Família, o director-geral e o inspector-geral da Segurança Social e todos os membros da Comissão de Indemnização das Misericórdias, foram assinados os protocolos de acordo com as Misericórdias de Abrantes, Amarante, Avis, Azambuja, Cascais, Castro Daire, Chaves, Crato, Ericeira, Figueira de Castelo

Rodigo, Fronteira, Masotinhos, Monchique, Montargil, Moura, Ovar, Paredes de Coura, Penamacor, Sabugal, Sobral de Monte Agraço, Tondela, Vieira do Minho, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Foz Côa, Vila de Rei e Vizela.

Em nome das instituições abrangidas pelo acordo, usou da palavra o provedor da Misericórdia de Abrantes, Fernando Martins Velez, que aludiu à Santa Casa Abrantina, fundada pelo infante D.Luiz, filho de D.Manuel I. "Por feliz coincidência o infante era natural de Abrantes e por essa circunstância tudo fez para divulgar tão maravilhosa obra", referiu Martins Velez, acrescentando, de imediato, que "também neste caso, por infeliz coincidência, foi em Abrantes que nasceu uma senhora que em 1975 assinou a maldada lei que esbulhou as Misericórdias".

Após sublinhar que a assinatura destes acordos, para além do significado material, tem um alto valor pelo facto

de o Governo ter tomado a corajosa decisão de fazer uma reparação que se impunha e que tem um cunho de justiça, o provedor da Misericórdia de Abrantes concluiu:

"Agora podemos efectivamente pensar que o Governo herdou uma pesada herança, mas também podemos começar a ter a consciência de que há enorme vontade de bem governar e uma esperança nova começa a criar raízes".